celso.ming@estadao.com



Ficou para quando der

final, não houve mudança relevante nas diretrizes da política monetária (política de juros). E a não mudança também diz alguma coisa.

Uma das ideias era reduzir a meta de inflação para 2018, dos atuais 4,5% para 4,0%, para que, desde já, os agentes econômicos passassem a trabalhar com uma inflação mais baixa

Mas a proposta não passou porque o governo entendeu que não podia estreitar o jogo monetário num momento de tanta incerteza.

Antes de continuar, vamos às noções gerais. Muita gente pode achar que decisões como essa tomada nesta quinta-feira pelo Conselho Monetário Nacional (CNM), de manter tanto a meta de inflação (4,5%) como o tamanho da área de escape (bandas

de flutuação para cima ou para baixo) de 1,5 ponto para 2018, não passam de providências burocráticas, ou de mais uma dessas declarações de intenção feitas para não serem cumpridas, como acontece desde 2009.

Não é para ser assim. No regime de metas de inflação é o governo, representado pelo Conselho Monetário Nacional, que define o nível de inflação que se quer cumprir a cada ano. A área de tolerância, tanto para cima como para baixo, é molejo destinado a acomodar imprevistos, como a alta de preços que nada tem com a política de juros, como o encarecimento dos alimentos em consequência de seca ou de enchentes.

Essa área de escape é necessária pelo modelo adotado por aqui. A meta de inflação tem de ser cumprida no ano-calendário, de 1.º de janeiro até 31 de dezembro. Outros bancos centrais ope-

HISTÓRICO



ram com meta de inflação de 12 meses corridos (móveis) e, portanto, não precisam dessas bandas.

Cabe ao Banco Central manejar a política monetária (política de juros) para obter o resultado pretendido. Se a inflação tende a ultrapassar a meta, trata de reduzir o volume de moeda na economia, ou seja, reduz a oferta de dinheiro, o que aumenta seu preço, os juros. Se a inflação estiver dentro da meta, o Banco Central pode reduzir os juros. Quanto menos dinheiro circular na economia, mais baixa tende a ser a inflação, mais ou menos como acontece com os regimes alimentares: quem quer manter boa forma corporal tem de respeitar a dieta.

A equação não fica restrita à incógnita monetária. Também leva em conta que dinheiro mais apertado segura a atividade econômica. E aí é preciso escolher em que proporção o governo quer inflação e avanço do PIB.

A rejeição da proposta de meta mais baixa de inflação para 2018 permitirá que os juros básicos (Selic) caiam mais cedo do nível de 14,25% ao ano em que se encontram. Se a meta fosse estreitada, a política de juros teria de ser algo

O que ainda não está claro é se o governo Temer vai cumprir a sua parte, que é consertar o desarranjo das contas públicas, principal fator de inflação nos últimos cinco anos. E subsistem, é claro, as incertezas políticas que prevalecerão até que aconteça o desfecho do processo de impeachment da presidente afastada Dilma.

CONFIRA



O mês de junho terminou com queda das cotações do dólar diante do real de nada menos que 11%. Os analistas iá vinham observando que a valorização do real é a mais acentuada entre as moedas dos emergentes, o que não deixa de ser paradoxal diante da crise que subsiste no Brasil.

Continua a incerteza

Mas a principal explicação para esse movimento é certo retorno do nível de confiança, que reduziu a saída de moeda estrangeira e aumentou a entrada. Como tudo ainda é muito precário diante das incertezas políticas, não há como definir tendência firme.

Editorial econômico

CNI vê indícios positivos na indústria da construção



EX-LIBRIS | Depois da queda abissal dos últimos três anos, o setor de construção dá os primeiros sinais de que o pior pode estar ESTADO DE S. PAULO passando e de que já se pode pensar

em recuperação nos próximos meses. Embora tímidos, chegam a surpreender os dados da Sondagem Indústria da Construção da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) relativos a maio, mostrando que as expectativas dos empresários dão indícios de

Os responsáveis pela sondagem notam que "o cenário para a indústria da construção se tem tornado menos adverso". O nível de atividade, que havia chegado a apenas 33,3 pontos em dezembro - abaixo dos 50 pontos está no campo negativo -, atingiu 40,1 pontos em maio, aumento de 6,8 pontos em 2016.

Oindicador de número de empregados tambem evolulu tavoraveimente, atingindo 42,3 pontos, com crescimento de 5,1 pontos no ano, embora o nível usual de atividade ainda seja baixo, de apenas 26,5 pontos. Também melhorou a utilização da capacidade, que passou de 54% em abril para 56% em maio.

preocupa, o futuro se afigura menos adverso: o item nível de atividade esperado para junho chegou a 44,6 pontos, com alta de 4 pontos em relação a maio. Evolução ainda maior foi notada em novos empreendimentos e serviços, de 37,7 pontos em maio para 42,1 pontos em junho. As expectativas de compra de insumos e matérias-primas e de número de empregados também subiram.

Repita-se que a construção civil enfrenta uma das maiores crises das últimas décadas e a recuperação tende a ser lenta, pois faltam recursos para financiar habitação e infraestrutura, empresas descapitalizadas precisam de tempo para retomar investimentos, o crédito é escasso e caro e o comprador final tem incertezas com a inflação que corrói os salários e com o risco do desemprego. Mas a política econômica do novo governo já parece influir no ânimo de construtores e incorporadores. Estes têm de acreditar no futuro para investir em lotes edificáveis, com vistas às perspectivas de longo prazo. Outros investidores, como rundos, ja arrematam a preços reduzidos unidades prontas que não foram comercializadas.

A sondagem mostrou que grandes empresas retomam a confiança mais rapidamente do que pequenas e médias, em especial na construção de edifícios. É fator positivo ten-Mas se a situação presente ainda do em conta o déficit de moradias.

Opinião

Amnésia coletiva?

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

pesar do respaldo da opinião pública, o avanço da Lava Jato e operações afins vem enfrentando sérias resistências de segmentos influentes da sociedade. São reações que merecem reflexão.

Já não há dúvidas sobre a extensão do alarme de senadores do PMDB com a Lava Jato. E boa parte do Congresso padece, em alguma medida, de temores similares. O próprio governo já não dissimula suas apreensões com os embaraços advindos das investigações.

Há duas semanas, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, declarou que a Lava Jato deveria saber sinalizar o momento de caminhar "rumo a uma definição final". Dias depois, o presidente Temer mencionou que, embora não fosse o caso de fixar prazo para a Lava Jato, "o País não pode ficar nesta situação por 10 anos". No meio empresarial, ganham força preocupações com as dificuldades de uma ação mais desenvolta do governo diante dos recorrentes embaraços da Lava Jato.

Pouco a pouco, a ideia de que e preciso "conter os excessos" e "passar uma régua" nas investigações, "para que o País possa trabalhar", é defendida de forma cada vez mais explícita. Com frequência, a defesa vem temperada com vagas menções a exageros da Operação Mãos Limpas, que teria desestruturado de vez o sistema político italiano e aberto caminho para Berlusconi.

Eufemismos à parte, o que vem sendo alegado, à boca pequena, em bom português, é que a persistência na Lava Jato e operações similares tornará o País ingovernável. Que assim não sobrará ninguém. Que é ingênuo imaginar que a corrupção, entranhada como está no sistema político brasileiro, possa ser eliminada dessa forma. E que o combateà corrupção se faza longo prazo, com paciência e pragmatismo.

Não é surpreendente que as autoridades responsáveis pelas investigações estejam na defensiva, temendo iniciativas que possam cerceá-las. Mas é pouco provável que tais iniciativas prosperem em meio ao clima de crescente indignação com a extensão e a organicidade das práticas corruptas que se incrustaram no aparelho de Estado. Por ora, o cerceamento das investigações não parece politicamente viável. E se, mais à frente, se tornar viável, é bem possível que a afronta à opinião pública transforme o combate à corrupção no tema dominante da campanha eleitoral de 2018.

Seja como for, é preciso refletir com cuidado sobre as propostas de "passar a régua" na Lava Jato e operações simiiares. Para perceber com mais ciareza quão despropositada é tal ideia, vale a penater em perspectiva uma experiência histórica bastante distinta em que, por razões bem diferentes, a decisão de "passar a régua" nas investigações que se faziam necessárias acabou sendo tomada.

No seu aclamado Pós-guerra, Tony | É ECONOMISTA E PROFESSOR DA PUC-RIO

Judt relata como o programa de "desnazificação" da Alemanha, ao final da 2.ª Guerra Mundial, foi rapidamente abandonado. Como nada menos que 8 milhões de alemães – um sétimo da população remanescente no país ao final do conflito - eram nazistas, não havia como viabilizar a reconstrução e o fortalecimento do país, num quadro de agravamento da guerra fria, excluindo-os desse projeto.

Concluídos os julgamentos de Nuremberg, em 1946, decidiu-se que o mais prudente era fechar os olhos para o muito mais que ainda havia a investigar. E deixar que a Alemanha mergulhasse numa longa e controvertida "amnésia coletiva", que tornou admissível, por exemplo, que 94% dos juízes e promotores da Baviera, em 1951, fossem ex-nazistas.

Por mais alarmante que seja, a corrupção no Brasil está muito longe de envolver um sétimo da população. A escala é outra. E por bem encastelados que possam estar, os envolvidos em corrupção parecem perfeitamente dispensáveis e substituíveis. Mas o conceito de amnésia coletiva vem a calhar. E dá ensejo à pergunta óbvia.

Por que razão o País deveria compactuar com uma amnesia coletiva na questão da corrupção, justo quando se defronta com o desafio de desmantelar o projeto cleptocrático de poder que o arrastou para o colossal atoleiro em que está metido?

Panorama Econômico



MOREIRA FRANCO

secretário executivo do PPI

"As agências foram politizadas, excessivamente politizadas, e não devemos permitir que isso ocorra."



ROBINSON FARIA

GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO NORTE

"É preciso tratamento especial para enfrentar os maiores índices de desemprego no País (Norte e Nordeste)."



HENRIQUE MEIRELLES

MINISTRO DA FAZENDA

"É papel do governo garantir uma moeda estável (...) e ter capacidade de administrar finanças públicas."k

ZONA DO EURO

Inflação volta a subir em junho nos países do bloco

A zona do euro voltou a registrar alta dos preços em junho após quatro meses de quedas ou estabilidade, segundo esti- mativa preliminar divulgada ontem pela agência de estatísticas da União Europeia (UE). A Eurostat informou que a inflação nos 19 países que usam o euro atingiu 0,1% em junho ante queda anual de 0,1% em maio.

LOGÍSTICA

Codesp terá área para caminhões em Santos

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) vai instalar um estacionamento para caminhões no Porto de Santos, em área de 226,7 mil m². A área foi cedida pela Secretaria do Patrimônio da União, órgão que responsável pelos imóveis do governo federal. O terreno, na região da Alemoa, servirá para a instalação de uma Área de Apoio Logístico Portuário.

"Nós não vamos sair de um déficit de R\$ 170,5 bilhões este ano para uma meta positiva já no ano que vem, com a economia do que jeito que está e a taxa básica de juros do que jeito que está (...) Não se faz milagre com gasto público." Romero Jucá SENADOR (PMDB-RR)

IPO de banco chinês é o maior desde o do Alibaba

O banco estatal chinês Postal Savings Bank of China (PSBC), maior banco da China em número de agências, fez registro para uma oferta pública inicial de ações buscando levantar até US\$ 10 bilhões, publicou ontem o IFR, serviço da Thomson Reuters. O registro do IPO inicia o que poderá ser a maior oferta inicial de ações no mundo desde a listagem de US\$ 25



bilhões em setembro de 2014 do grupo chinês de comércio eletrônico Alibaba. A oferta do banco chinês poderá avaliar a instituição em cerca de US\$ 50 bilhões. O IPO poderá ocorrer já em setembro.

Comportamento

Pesquisa mostra aumento do hábito de consumo via delivery

56%

dos usuários fazem pedidos semanais e, destes, 14% realizam pedidos mais de duas vezes por semana; 18%, duas vezes; e os outros 24% fazem um pedido semanalmente, segundo pesquisa da iFood com o Ibope

QUERSABER? ESTADÃO



